

# Mulheres, Política e Direitos Políticos

ATUALIZADA DE ACORDO COM A EC 117/22  
(APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO  
NA PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA  
DAS MULHERES) E LEIS N. 14.192/2021 E N. 14.197/2021  
(CRIME DE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO)

2023

Letícia Giovanini Garcia

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO  | 15  |
| 1. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS RELAÇÕES DE GÊNERO   | 25  |
| 1.1. As inter-relações da história do gênero e o nascimento da esfera pública feminina  | 25  |
| 1.2. Antecedentes relevantes  | 33  |
| 1.2.1. O desenvolvimento do gênero sob a ótica matriarcal   | 33  |
| 1.2.2. Genealogias e desenvolvimentos do gênero sob a ótica do patriarcado  | 38  |
| 1.2.3. As inter-relações da história do gênero nos espaços sociais  | 45  |
| 1.2.4. A função da família na estruturação do gênero e as influências histórico-normativas na formação da família luso-brasileira | 49  |
| 1.3. A evolução do direito das mulheres após o Século XIX   | 62  |
| 1.3.1. As conquistas femininas em três atos   | 62  |
| 1.3.2. Feminismo pós-estruturalista <i>versus</i> feminismo pós-colonialista  | 69  |
| 1.3.2.1. Construcionismo social do feminismo e a autodeterminação do gênero   | 76  |
| 1.4. O gênero e a vulnerabilidade   | 88  |
| 2. A CONSTRUÇÃO JURÍDICA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO LUSO-BRASILEIRO   | 93  |
| 2.1. O princípio da igualdade e a importância de sua densificação jurídica para as relações de gênero                             | 104 |

|  |     |
|--|-----|
| 2.2. Do direito das mulheres e da igualdade social   | 132 |
| 2.2.1. A definição de grupos vulneráveis e a concepção de minorias   | 137 |
| 2.3. Ações político-institucionais em Portugal   | 143 |
| 2.3.1. A igualdade de gênero e os direitos políticos da mulher na Constituição de 1976   | 152 |
| 2.3.2. A revisão constitucional de 1997 e a igualdade de gênero  | 161 |
| 2.3.3. Lei da Paridade, Regime da Representação Equilibrada em órgãos do poder político e o acesso da mulher ao parlamento português | 167 |
| 2.4. Ações político-institucionais no Brasil   | 172 |
| 2.4.1. Evolução legislativa da proteção multidisciplinar da mulher no Brasil   | 173 |
| 2.4.2. A igualdade de gênero na Constituição Federal de 1988   | 187 |
| 2.4.3. A evolução dos direitos políticos da mulher no Brasil   | 193 |
| 3. A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA FEMININA E SUAS ESPECIFICIDADES NO CENÁRIO LUSO-BRASILEIRO   | 207 |
| 3.1. Aspectos político-filosóficos preliminares sobre o tema   | 218 |
| 3.1.1. A representação política como presença: a relação entre representação descritiva e substantiva                                | 232 |
| 3.1.1.1. Devem as mulheres defender os direitos das mulheres?  | 243 |
| 3.2. Aspectos jurídicos da representação política feminina   | 252 |
| 3.2.1. Considerações acerca do princípio representativo  | 253 |
| 3.2.2. Considerações acerca dos direitos políticos   | 259 |
| 3.2.2.1. Noções gerais de direitos políticos   | 259 |
| 3.2.2.2. Direitos políticos no ordenamento jurídico-constitucional português   | 265 |
| 3.2.2.3. Direitos políticos no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro  | 267 |
| 3.2.2.4. Capacidade eleitoral ativa  | 270 |
| 3.2.2.5. Capacidade eleitoral passiva  | 272 |
| 3.2.3. Direitos Políticos das Mulheres   | 277 |
| 3.2.3.1. A conquista dos direitos políticos  | 277 |
| 3.2.3.2. Obstáculos à representação política das mulheres  | 280 |
| 3.2.3.3. Agentes e mecanismos potencialmente impulsionadores da representação política das mulheres                                  | 285 |

|   |     |
|---|-----|
| 3.2.3.3.1. Mecanismos formais   | 286 |
| 3.2.3.3.1.1. O direito antidiscriminatório  | 286 |
| 3.2.3.3.1.2. Medidas de discriminação positiva em prol da representação política das mulheres   | 293 |
| 3.2.3.3.1.3. O sistema de cotas, suas modalidades e sua experiência no âmbito da representação política feminina no Brasil e em Portugal: Sucessos e Insucessos | 295 |
| 3.2.3.3.1.4. Opção pelo sistema de escrutínio proporcional  | 303 |
| 3.2.3.3.1.5. Os partidos políticos  | 309 |
| 3.2.3.3.1.5.1. Regramento intrapartidário   | 325 |
| 3.2.3.3.1.5.2. A obrigatória filiação partidária no ordenamento jurídico brasileiro e a fidelidade partidária   | 329 |
| 3.2.3.3.1.6. A criminalização da violência política de gênero no ordenamento jurídico brasileiro  | 335 |
| 3.2.3.3.2. Mecanismos informais   | 341 |
| 3.3. A construção de um sistema de garantias contra retrocessos aos direitos políticos das mulheres   | 344 |
| CONCLUSÕES  | 357 |
| REFERÊNCIAS   | 367 |